BOLETIM INTERNACIONAL
REVOLUÇÃO BRASILEIRA
Número #03 Agosto/2020

URC
UNIÃO RECONSTRUÇÃO COMUNISTA

O BRASIL ESTÁ SENDO ENTREGUE PARA A GUERRA IMPERIALISTA E O FASCISMO

Entregar o Brasil para as guerras de agressão dos Estados Unidos e fascistizar a sociedade brasileira foram alguns dos objetivos de Jair Bolsonaro ao assumir a presidência do país. Em fevereiro de 2019, o governo brasileiro se uniu aos reacionários colombianos e ao imperialismo ianque ao participar abertamente de uma ameaça de guerra contra a Venezuela.

Um ano e meio depois, as manobras de agressão estão sendo repetidas. Em 12 de agosto, chegou em Belém, capital do estado do Pará, na região norte brasileira, um comboio do exército brasileiro que transportava componentes do sistema "Astros 2020", dedicado ao lançamento de foguetes, vindo a partir do estado de Goiás, região Centro-Oeste do Brasil. No comboio, estavam incluídos lançadores, veículos de controle de tiro e apoio logístico. A estrutura foi desembarcada nas Docas de Belém para ser transportada para Manaus, capital do estado do Amazonas, por via fluvial. Ademais, estão sendo mobilizados efetivos de diversas outras regiões do país para este "exercício militar" denominado "Operação Amazônia", realizado na fronteira com a Venezuela, que consiste em ações orientadas à "defesa externa no ambiente operacional amazônico".

Não se trata de um exercício militar corriqueiro. Em 22 de julho de 2020, o Ministério da Defesa entregou para o Congresso Nacional novas minutas de documentos que conformam as diretrizes militares do Estado reacionário brasileiro. Tais documentos sofreram alterações em comparação às versões passadas, algo que, em substância, formaliza as seguintes mudanças na perspectiva de "defesa nacional": 1) considera que a América do Sul não é mais uma região livre de conflitos; 2) estabelece a possibilidade de que o Brasil intervenha em conflitos regionais para salvaguardar a "integridade nacional", contrariando a noção estabelecida pela Constituição reacionária de 1988 de não-intervenção em assuntos de outros países e solução pacífica dos conflitos.

Como um dos mecanismos práticos de aplicação desta "nova" política, o projeto orçamentário apresentado pelo governo ao Congresso Nacional para o ano de 2021 prevê aumentar em quase 6 bilhões de reais o orçamento de Defesa do governo, dedicado à modernização do exército reacionário, intensificando assim a repressão contra as massas brasileiras e "melhorando" a posição do Brasil como peão em uma eventual guerra imperialista.

Este acréscimo de quase 6 bilhões de reais no orçamento de Defesa representará lucros ainda maiores para empresas locais como Taurus e Imbel, para além dos militaristas israelenses e norte-americanos que engordarão ainda mais seus bolsos ao fornecer mais armas e equipamentos para o governo brasileiro.

Além disso, o governo de Bolsonaro prevê tal acréscimo orçamentário para a pasta de Defesa até mesmo às custas de depenar ainda mais o padrão cultural do povo pobre. Ao mesmo tempo em que a proposta orçamentária do governo prevê este aumento, o Ministério da Educação de Bolsonaro quer cortar mais de 4 bilhões de reais de seu orçamento de 2021, deixando o Ministério de Defesa com mais recursos que o Ministério da Educação pela primeira vez na história do país, sem que haja qualquer ameaça de invasão externa, e em um momento no qual as escolas brasileiras sofrem de intensa evasão não apenas em razão de um ensino historicamente ruim, mas também em virtude da pandemia do coronavírus, que praticamente excluiu do acesso à educação os milhões e milhões de alunos pobres das áreas rurais e favelas que não têm acesso à estrutura mínima para estudar de forma remota. Se levarmos em conta que a crise econômica nacional derrubou a arrecadação de impostos do Estado reacionário, estima-se que a educação brasileira perderá quase 30 bilhões de reais em seu orçamento.

Caso o Congresso Nacional aprove a proposta orçamentária do governo, isso será uma verdadeira catástrofe para a educação brasileira que já se encontra afundada em uma profunda decadência. Mais de 52% dos brasileiros acima de 25 anos não concluíram o ensino médio, e o gasto per capita do Brasil no setor de educação se encontra entre um dos menores do mundo.

Em meio a uma pandemia que já ceifou a vida de mais de 110 mil brasileiros, o regime odioso busca afundar nosso povo na condição de analfabeto e semi-analfabeto, e aumenta criminosamente o orçamento de Defesa para agredir o povo irmão venezuelano! É exatamente o que procuram: embrutecer o povo brasileiro, reduzi-lo à ignorância e obscurantismo, para então atirá-lo como bucha de canhão em uma guerra no exterior que apenas servirá aos ricaços de Miami e Nova York.

Tais são alguns dos aspectos da fascistização da sociedade brasileira, entre a militarização e a supressão dos direitos do povo de acesso à educação.

Recentemente, porém, não é apenas o direito do povo brasileiro de acesso à educação que está sendo violentamente suprimido. O regime de Bolsonaro tem também violado os direitos do povo à livre manifestação e associação.

Desde o final de junho de 2020, o Ministério da Justiça do governo Bolsonaro tem levado a cabo uma ação "sigilosa" contra 579 funcionários públicos federais e estaduais, entre policiais e professores, que se reivindicam participantes do movimento antifascista brasileiro e se opõem ao governo Bolsonaro. Como parte desta ação "sigilosa", o Ministério da Justiça preparou um dossiê com informações realmente íntimas destes funcionários públicos, como endereço, Cadastro de Pessoa Física (CPF), Registro Geral (RG), formas de participação política, dentre outras, como forma de intimidar as forças oposicionistas.

Porém, os planos de Bolsonaro de entregar o Brasil à guerra imperialista e reprimir a oposição local terminarão em fracasso. Em meio a uma situação nacional e internacional de crise do capitalismo, desemprego, fome e miséria, não há dúvidas que o povo brasileiro compreenderá que apenas a luta revolucionária para instaurar no Brasil um regime democrático-popular, dirigido pela classe operária em aliança com os camponeses e outros setores oprimidos de nosso povo, que nacionalize as empresas estrangeiras, suprima os tratados desiguais com as grandes potências e as leis monstruosas, realize a reforma agrária, coloque o Brasil nas linhas do desenvolvimento progressista e leve a cabo a construção do socialismo, será o único caminho possível pelo direito a existir.

Recessão, aumento do desemprego e as lutas do povo brasileiro

Em 14 de agosto, o Banco Central divulgou que atividade econômica nacional desabou em 11% no segundo trimestre do ano de 2020. Mesmo que as estatísticas oficiais camuflem o desemprego parcial, a informalidade e a população rural empobrecida, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou no mesmo dia que quase 14% da população em condições de trabalhar está desempregada.

A despeito das dificuldades, as massas brasileiras não têm sido passivas. Seguem conduzindo suas lutas pelo direito a existir mesmo sob formas mais radicalizadas.

Nos últimos dias, massas esfomeadas têm levado a cabo ações de saque nos principais estados brasileiros, confiscando alimentos e mantimentos. Na cidade do Rio de Janeiro, moradores da favela Kelson's saquearam em 8 de julho um caminhão de carne que passava pela comunidade. A ação foi reprimida por policiais militares, que feriram moradores com balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo. Em Niterói – RJ, 16 de julho, moradores de favelas das proximidades saquearam um caminhão de arroz que tombou na rodovia BR-101.

Em 21 julho, na cidade de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba – PR, a companhia Renault demitiu 747 metalúrgicos (muitos deles infectados com Covid-19) sob alegações de dificuldades de venda em razão da pandemia e de redução dos custos de produção, ainda que a montadora receba grandes isenções fiscais destinadas à manutenção de empregos. No dia seguinte, o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) iniciou uma greve que reivindicava a readmissão dos operários demitidos e outros benefícios. Foram feitos piquetes de porta de fábrica e manifestações. Após quase três semanas de greve, os operários foram vitoriosos, revertendo as demissões e mantendo benefícios como o Data Base e a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A vitória dos operários da Renault mostrou que as greves defensivas podem ter sucesso mesmo diante de uma situação de desemprego massivo, sendo aquelas armas importantes para o atual momento de demissões massivas na indústria automotiva: em Curitiba, a companhia Volvo demitiu recentemente 2,7 mil operários, e em Porto Real – RJ, 400 operários foram demitidos na empresa Nissan.

No Brasil, como no restante do mundo capitalista, a indústria aeroviária foi duramente golpeada pela crise econômica. Recentemente, a companhia aérea LATAM anunciou a demissão de 2,7 mil pilotos e comissários, alegando problemas de rentabilidade. Em 6 de agosto, aeroviários protestaram no Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) contra as demissões.

Em 1 de agosto, os Correios revogaram um acordo coletivo, varrendo de uma só vez direitos como 30% de adicional de risco, vale-alimentação, licença-maternidade de 180 dias, indenização por morte e outros direitos então firmados com os operários da empresa, ainda que esta tenha registrado um lucro líquido de R$ 102 milhões em 2019. Ademais, em recente entrevista à Revista Veja, o general Floriano Peixoto, presidente da empresa, anunciou que aceitou o cargo para acelerar a privatização dos Correios e reduzir o "excesso de mordomias". Para manter os direitos retirados e lutar contra a privatização da empresa, os operários, representados pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios e Similares (Fentect), iniciaram em 17 de agosto uma greve nacional por tempo indeterminado, já sendo considerada a mais importante dos últimos 20 anos, mobilizando mais de 70% da categoria.

Sofrimento e resistência do campesinato brasileiro em julho e agosto de 2020

A luta de classes tem caminhado aceleradamente nas áreas rurais brasileiras. Entre a repressão por parte da reação rural, do Estado brasileiro, e as vitórias dos camponeses nas mobilizações, vários acontecimentos merecem destaque.

A partir da madrugada de 12 de agosto, a Polícia Militar do estado de Minas Gerais conduziu, no município de Campo do Meio, um truculento despejo do acampamento Quilombo Campo Grande, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Um contingente de duzentos policiais militares e franco-atiradores foi mobilizado para humilhar os camponeses que há vinte anos cultivam e vivem nas terras da falida Usina Ariadnópolis, atualmente cobertas por milhares de hectares de lavouras de feijão, milho e café. Nos dias seguintes, os policiais utilizaram uma retroescavadeira para demolir a Escola Popular Eduardo Galeano e incendiaram barracos e pertences das famílias.

Em 15 de agosto, foi assassinado na Gleba Campina, município de Junco, estado do Maranhão, o lavrador Raimundo Nonato Batista. Seu corpo foi encontrado com quatro tiros em 19 de agosto, causando ainda mais tensão na comunidade camponesa, que há 17 anos vivem e cultivam esta área de mais de 2 mil hectares. Desde 2010, quando os lavradores da aldeia Campina requisitaram junto ao ITERMA (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão) a regularização de suas terras, têm sofrido perseguições do grileiro gaúcho Nestor Osvaldo Finger, que se apresenta como proprietário do local. Em 11 de agosto, no município de Balsas, sul do estado, foi despejada a aldeia Bom Acerto, formada por oito famílias posseiras que vivem no local desde 1975, cultivando gêneros de subsistência. O despejo da comunidade atende a interesses do capital estrangeiro, que tem expandido em Balsas e municípios adjacentes o cultivo de soja para a exportação.

No estado do Rio de Janeiro, município de São Pedro da Aldeia, camponeses dirigidos pela FETAGRI – RJ (Federação dos Trabalhadores da Agricultura – Rio de Janeiro) reocuparam em 8 de agosto o acampamento Emiliano Zapata, do qual tinham sido brutalmente despejadas um mês antes por pistoleiros do grileiro Matheus Canellas, ocasião na qual incendiaram barracos e assassinaram o agricultor Carlos Augusto Gomes. Novas ações de resistência estão sendo organizadas.

Em Palmas, estado do Tocantins, as quarenta famílias camponesas que habitam o acampamento Sebastião Bezerra lograram suspender em 11 de julho um despejo que estava marcado para 19 de agosto, após recolherem em um dia cerca de cem assinaturas junto a dezoito outros movimentos de massas, que protocolaram o pedido de suspensão do despejo junto ao Tribunal de Justiça do Tocantins, aceito pelo Juiz da 1ª Vara Cível de Palmas.

REVOLTA DE CORUMBIARA: GRANDE MARCO DA LUTA CAMPONESA NO BRASIL

Recentemente, completou-se 25 anos da eclosão da Revolta de Corumbiara, grande marco da luta camponesa brasileira. Sua memória deve ser lembrada por todos aqueles que apoiam a construção de um Brasil justo e democrático.

Durante as décadas de 1980 e 1990, os diferentes estratos do campesinato brasileiro se unificaram em um único grande movimento de massas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em torno da consigna de reforma agrária e "terra para quem trabalha nela". Neste período, principalmente na região Sul do país, muitos fazendeiros começavam a substituir formas feudais de exploração por formas capitalistas, conduzindo grande violência para expulsar famílias camponesas que estavam agregadas aos latifúndios, causando um imenso êxodo rural: muitas destas famílias encontravam na ocupação de terras um caminho para lutar por pelo direito à existência.

Como forma de conter a luta dos camponeses, o então governo reacionário brasileiro promoveu no estado de Rondônia diversos "projetos de colonização", prometendo o acesso à terra para camponeses empobrecidos do Sul do país e de outras regiões. Nessa época, assim, levas de migrantes do Sul se dirigiram para Rondônia, atraídos pelas propostas de conseguir um pedaço de terra. Para muitos, porém, as propostas do governo não se concretizaram. Diversas famílias camponesas, ameaçadas por grileiros e altos funcionários públicos, eram constrangidas a deixarem as terras que cultivavam ou as venderem por preços irrisórios.

Assim, conformou-se no estado de Rondônia um ambiente para a condução da ocupação de terras. Em meados de 1995, cerca de 600 famílias camponesas ocuparam, no município de Corumbiara, a Fazenda Santa Elina, grande latifúndio conformado a partir da grilagem. Esta ação logo promoveu a fúria dos grileiros locais, que reagiram com seguidas investidas repressivas.

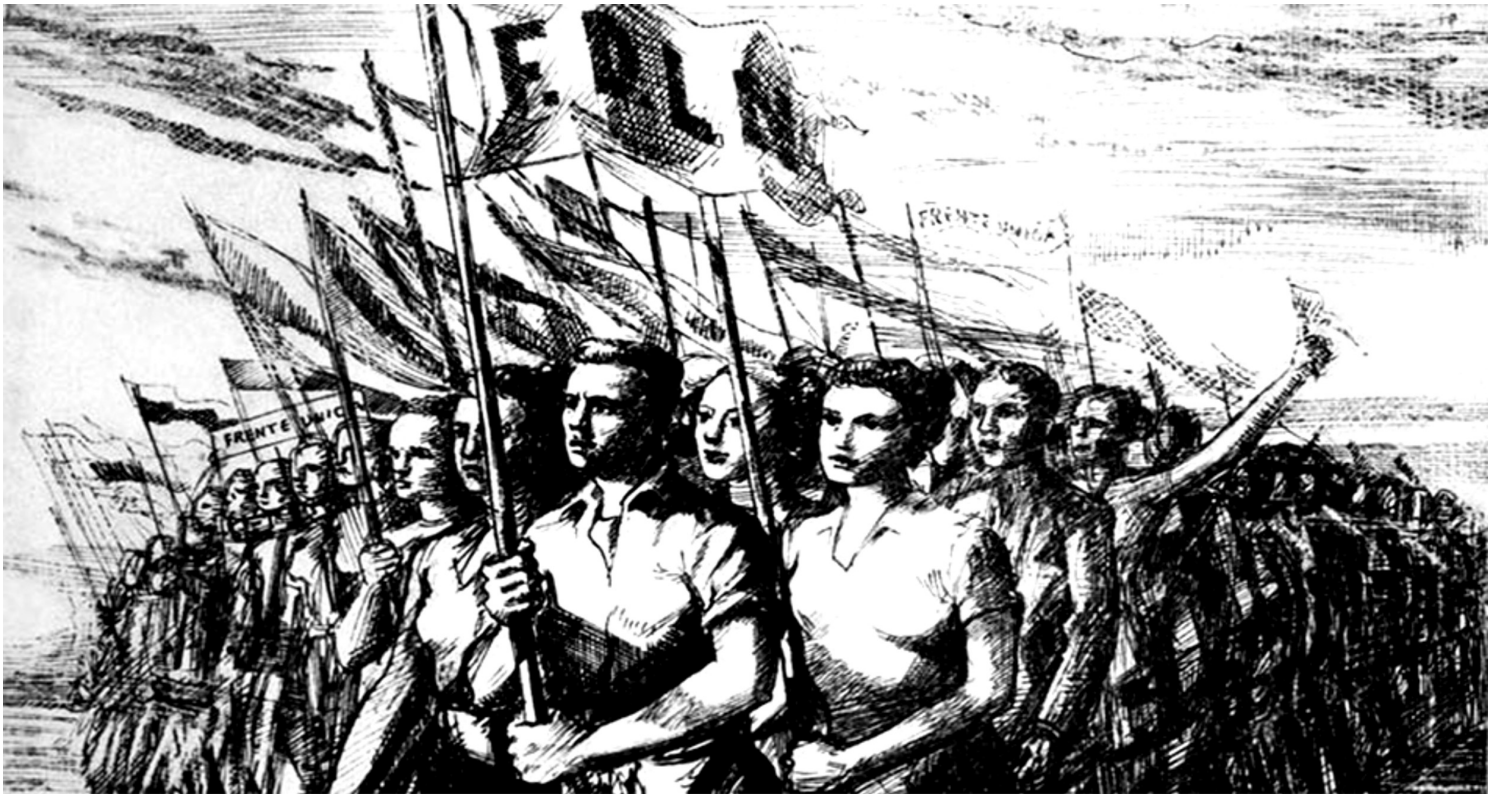
Na madrugada de 9 de agosto de 1995, um exército de trezentos policiais militares e pistoleiros invadiu a Fazenda Santa Elina, promovendo terror contra a população local. Os camponeses resistiam como podiam, e executaram dois policiais militares com suas espingardas de caça. Em contrapartida, o terror promovido pelos pistoleiros e policiais adquiria contornos animalescos: torturavam, agrediam e estupravam a esmo. Camponeses contam que, em sessões de tortura, os reacionários os obrigavam a comer restos de cérebro dos seus próprios companheiros assassinados com tiros na cabeça. As hordas chegaram ao cúmulo de assassinar com um tiro de fuzil uma criança de apenas sete anos, Vanessa dos Santos Silva.

Até hoje, é incalculável o número de vítimas: a despeito de o número oficial constatar cerca de oito camponeses mortos pela reação, há cerca de vinte "desaparecidos" desde então. Mais de 350 camponeses foram gravemente feridos, com muitos sofrendo até hoje com as sequelas físicas e psicológicas das torturas, tiros e agressões. Muitíssimos morreram em virtude das mesmas sequelas. Cerca de duzentos camponeses foram presos.

O massacre levou à condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Devido à comoção, não houve alternativa para os reacionários que não fosse um recuo parcial, com a maior parte das terras da Fazenda Santa Elina sendo entregues aos camponeses e a formação de diversos assentamentos que receberam o nome dos mártires da resistência.

Foi conformada a partir da Revolta, alguns anos depois, a Liga dos Camponeses Pobres (LCP), importante movimento de massas brasileiro.

70 anos do Manifesto de Agosto de 1950 do Partido Comunista do Brasil (PCB)



O povo brasileiro não poderá vencer seus inimigos, os grandes capitalistas e fazendeiros, sem que possua um destacamento de vanguarda que esteja armado com a ideologia científica do proletariado, o Marxismo-Leninismo-Maoísmo, e que seja capaz de unificar as várias lutas do povo no sentido da derrubada violenta do regime reacionário local e da instauração da nova sociedade socialista. No ano de 1922, um setor avançado da classe operária brasileira, que possuía esta compreensão, fundou o Partido Comunista do Brasil (PCB) sob orientação da III Internacional Comunista (Comintern). Até o ano de 1976, o Partido Comunista do Brasil conduziu a luta revolucionária contra as classes dominantes brasileiras, quando foi liquidado em um episódio conhecido como Chacina da Lapa, no qual foram executados importantes quadros do Comitê Central do Partido, como Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Baptista Drummond.

A despeito de sua trajetória heroica de 54 anos, o reformismo sempre foi forte no seio do Partido Comunista do Brasil. Nem sempre o Partido Comunista do Brasil aderiu à linha de conceber a luta armada como forma principal de luta, sempre flertando com o oportunismo e o cretinismo parlamentar.

Em agosto de 1950, o Manifesto de Agosto, lançado pelo Partido Comunista do Brasil por intermédio do seu então principal líder, Luís Carlos Prestes, representou um avanço na compreensão dos comunistas brasileiros no que diz respeito a como melhor conduzir a revolução brasileira. O Manifesto de Agosto de 1950 convocou o povo brasileiro a lutar contra a subjugação da nação pelo imperialismo e contra o então regime reacionário de Gaspar Dutra. Identificou como principais problemas do povo brasileiro o controle da economia nacional por monopólios estrangeiros e a estrutura agrária atrasada. Chamou pela derrubada do governo de Dutra e pela instauração de um governo democrático-popular. A estratégia geral esboçada para alcançar esses objetivos envolvia a criação de uma frente ampla anti-imperialista e a condução da luta armada.

Sem sombra de dúvidas, a vitória da grande Revolução Chinesa em 1949 e a guerra de libertação do povo coreano tiveram influência decisiva para conformar tais posições. Ademais, o Manifesto de Agosto de 1950 deu grande importância à mobilização do campesinato. Por conta da ênfase dada aos camponeses e suas lutas, esse documento pode orientar a prática dos militantes do Partido no sentido de enviá-los para estudar, participar e eventualmente dirigir as revoltas camponesas que varriam o país, com destaque para o Levante Camponês de Porecatu, no norte do estado do Paraná, região Sul do Brasil, que durou entre 1944 e 1951.

O Manifesto de Agosto de 1950 foi um importante marco na trajetória do Partido Comunista do Brasil, representando o apogeu de um processo de autocrítica que, embora inconcluso, foi capaz de estabelecer com justeza muitos aspectos da estratégia geral da revolução brasileira, apontando corretamente o seu conteúdo democrático-popular e a sua forma e métodos essencialmente proletários – uma revolução dirigida pelo proletariado e visando a construção de uma ditadura do proletariado, e não uma ditadura da burguesia.